

## **O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL [PETI] EM UM SOCIOEDUCATIVO DA GRANDE CRUZEIRO**

Coordenador: LAURA SOUZA FONSECA

Autor: ANGELA SAIKOSKI DELAVECHIA

Esta ação extensionista tem como intuito acompanhar crianças e adolescentes beneficiados pela bolsa PETI, no espaço de um socioeducativo localizado na região da Grande Cruzeiro, Zona Sul de Porto Alegre. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é uma medida do Governo Federal que visa extinguir o trabalho infanto-juvenil, articulando um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce. Na cidade de Porto Alegre esta articulação ocorre através da frequência mínima de 85%, das crianças e adolescentes bolsistas PETI, na escola e em atividades de jornada ampliada, neste caso, no serviço de apoio socioeducativo (SASE); este compõe uma política municipal de proteção integral, atendendo crianças e adolescentes encaminhados pela Assistência Social quando em situação de vulnerabilidade pessoal e social, assim, desenvolvendo atividades no turno inverso da escola, oferecendo alimentação, apoio pedagógico e psicossocial. O projeto está em seu início e tem ligação com outras três ações extensionistas realizadas em duas escolas (municipal e estadual) e em outro socioeducativo, todos localizados na região da Grande Cruzeiro. Conforme acompanhamento na Rede de Proteção da Microrregião 05 - Grande Cruzeiro, a escolha do socioeducativo foi feita através de um levantamento sobre qual instituição tem maior frequência na Rede de Proteção, assim promovendo uma interligação. O objetivo deste trabalho é estudar a implementação da bolsa PETI no contexto deste socioeducativo, pesquisando suas lacunas e seus avanços no combate ao trabalho infanto-juvenil, e examinando como se articulam Escola, Socioeducativo e Assistência Social no acompanhamento das crianças e adolescentes beneficiados. Através de observações participativas, conhecer mais a respeito das realidades em que estão inseridos os sujeitos focalizados e identificar situações de risco e/ou violações de direitos que podem estar acometidos e, a partir disto, fazer oficinas e atividades para a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como, o diálogo entre a comunidade envolvida e a universidade.